

## **O CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR**

Claudia Lopes Perpétuo

Universidade Paranaense – UNIPAR-PR.

### **RESUMO**

O projeto de pesquisa aqui apresentado objetivou investigar o conceito de interseccionalidade e suas contribuições para a formação no ensino superior. O conceito nos leva a compreender como as articulações das diferentes categorias sociais se inter-relacionam e estruturam a vida dos sujeitos, produzindo desigualdades e injustiças, desvela a complexidade da situação de pessoas e grupos, afirmando a coexistência de diferentes fatores como: vulnerabilidades, violências, discriminações; também chamados como eixos de subordinação, permiti a possibilidade de pesquisar e viabilizar a existência ou não de desvantagens produzidas pela sociedade desigual sobre os sujeitos. Como nos traz Pochay (2011, p.28) podemos pensar a interseccionalidade “[...] como um modo de problematizar o que nos faz humanos ou não”. A abordagem interseccional mostra a coexistência e a subordinação de diferentes fatores, como se interseccionam em contextos históricos e específicos nas diferentes dimensões da vida social, que não são separadas. Este projeto na graduação possibilitou desvelar a articulação das múltiplas diferenças e desigualdades que perpassam, atingem e transitam todos os contextos, sem exceções, onde se produzem e reproduzem as relações humanas, buscando perceber a produção de sujeitos.

Palavras-chave: Interseccionalidade; psicologia; categorias sociais.

### **INTRODUÇÃO**

A contemporaneidade não nos permite mais atuações vazias, as realidades são outras e demandam dos múltiplos saberes, práticas engajadas e comprometidas com a vida e sua produção. Na Psicologia não é diferente, cada vez mais essa ciência é chamada a problematizar os diversos contextos aos quais se inserem as atividades e as relações humanas, assim como, na problematização dos pontos de interseções e marcadores sociais que subjetivam e categorizam as pessoas.

Realização:

Apoio:





É importante perceber que a própria universidade, como instituição potencialmente reprodutora ou questionadora do *status quo*, torna-se então profundamente imbricada no problema, visto que um de seus objetivos é possibilitar aos acadêmicos, da forma mais intensa possível, a formação de um sujeito crítico, problematizador, capaz de reconhecer a realidade, na qual o mesmo se encontra, como um processo em constante transformação e historicamente construído e constituído.

Cabe a Universidade propiciar programas e espaços de discussões, neste caso então temos o Programa de Iniciação Científica (PIC) que através de diversos projetos de pesquisas objetiva possibilitar espaços para a vivência da pesquisa, onde a partir de uma formação crítica e problematizadora, visa fomentar assim a autonomia do acadêmico com relação ao seu pensar, bem como sua postura diante a realidade e do contexto que lhe é apresentado e no qual estará realizando sua práxis profissional ético-política.

Nesse viés alguns campos dessa ciência já não aceita as limitações de atuações de manuais que visualizam as pessoas como unidades isoladas e sobre elas aplicam-se intervenções individualizadas, pelo contrário, problematiza os contextos, os territórios, os guetos, a história, a cultura, as políticas e a sociedade de forma geral, portanto é preciso comprometer-se com o humano em sua totalidade, considerando os atravessamentos que os compõe e o posicionam no mundo. Falamos então de uma Psicologia que tem em seu cerne o compromisso ético e social com as pessoas e seus contextos de vivências, locais onde experimentam no corpo a materialidade de suas realidades.

Diante dessa exposição inicial, este trabalho objetiva trazer as discussões propiciadas em um projeto de pesquisa realizado em uma universidade no interior do Paraná, no ano de 2015 e 2016, o qual objetivava investigar teoricamente o conceito de interseccionalidade e suas contribuições para a formação no ensino superior.

Assim o projeto buscou promover um espaço de ampliação e problematizações dos saberes psi, possibilitando a partir destas a análise dos atravessamentos e dos determinantes sociais, bem como das relações de poder que corroboram na produção das desigualdades, das violações de direitos e na não humanização de alguns grupos de pessoas.

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Os marcadores sociais (interseccionalidades) correspondem às conexões de diferentes fatores que demarcam territórios específicos de vivências na vida de cada sujeito e/ou grupo. A presente pesquisa teve por metodologia a pesquisa bibliográfica sobre o conceito de interseccionalidade, buscando problematizar e articular seus desdobramentos e questões pertinentes às áreas da Psicologia, possibilitando assim um espaço de discussão, construção e desconstrução de saberes, discursos e práticas instituídas nas diferentes áreas de formação d@s futur@s psicólog@s.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade, bem como a importância de estudos referentes à perspectiva da interseccionalidade na formação d@s futur@s psicólog@s, e não só estes, com o intuito de propiciar um espaço de discussões teórico-acadêmicas, criando assim condições para troca de saberes e experiências coletivas a partir da mediação enquanto dispositivo de (des)construção de discursos e práticas instituídas, levando assim o acadêmico a se (re)posicionar a partir de uma postura ética, problematizadora, crítica e reflexiva.

Diante disso entende-se em Dimenstein (2001) que o compromisso ético e social requer um profissional “capaz de construir um saber crítico sobre si mesmo, sobre seu mundo e sobre a sua inserção nesse mundo” (2001, p. 03), um profissional capaz de analisar criticamente as dinâmicas sociais que corroboram para não humanização e para as produções das iniquidades, em outras palavras, que seja flexível e dinamizador e que recuse o “determinismo absoluto que aniquila os possíveis espaços de liberdade, de criação, de diversidade” (DIMENSTEIN, 2001, p. 03).

Um profissional engajado com seu saber, com os sujeitos, seus territórios de vivências e com a ética profissional deve possuir condições de analisar os atravessamentos e os determinantes sociais que corroboram na produção das iniquidades, das violações de direitos e da não humanização de alguns grupos de pessoas. Nesse sentido postula-se na contemporaneidade um profissional qualificado, que possua um campo de atuação ampliado e que construa novas possibilidades de vivências, enfocando os sujeitos em suas totalidades e multiplicidades, que considere as interseccionalidades que compõem e subjetivam

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



as pessoas e posteriormente categoriza em níveis de hierarquias sociais que geram opressões e exclusões de alguns grupos de pessoas.

Para estas discussões, articulações e problematizações percebe-se a necessidade de pensarmos a partir de uma perspectiva interseccional, para tanto expomos a seguir o conceito de interseccionalidade e algumas reflexões para a formação em Psicologia.

### **Alguns apontamentos sobre o conceito de Interseccionalidade:**

O conceito de interseccionalidade, inicialmente proposto a partir de estudos e pesquisas feministas, se propõe a compreender como a articulação das diferentes categorias sociais (classe social, gêneros, raça/etnia, cor, sexualidades, corpos, entre outras) se encontram inter-relacionadas e estruturam a vida dos sujeitos, produzindo desigualdades e injustiças.

A pesquisa deste conceito se propõe na tentativa de apreender a articulação das múltiplas diferenças e desigualdades que perpassam, atingem e transitam pela Psicologia, ou melhor, em todos os contextos, sem exceção, onde acontecem; se produzem e reproduzem as relações humanas, buscando compreender a produção de sujeitos.

O conceito de interseccionalidade, proposto por Degele e Winker (2007, apud Mattos, 2011), autoras alemãs, tem proporcionado discussões no intuito de compreender a dinâmica da dominação social, trazendo como ideia básica a possibilidade de explicar como as normas, valores, ideologias e discursos influenciam tanto as estruturas sociais quanto a constituição de identidades e são por elas influenciados.

Este conceito ajuda a compreender a complexidade da situação de pessoas e grupos, afirmando a coexistência de diferentes fatores como: vulnerabilidades, violências, discriminações; também chamados como eixos de subordinação, que acontecem de modo simultâneo na vida dos sujeitos.

Esta perspectiva traz então a possibilidade de pesquisar e viabilizar a existência ou não de desvantagens produzidas pela sociedade desigual sobre as pessoas, permitindo ainda compreender e enfrentar de forma mais precisa a

Realização:



Apoio:





articulação entre as questões de gêneros raça/etnia, classe social, moradia, idade, orientação sexual, corpo, entre outras categorias; visto que estas não se desenvolvem de modo isolado nem afastam outros fatores passíveis de produzir desigualdades e injustiças da vida cotidiana. A presença de outros fatores ao mesmo tempo potencializa os efeitos de ambos, bem como oferece as condições necessárias para que outras violações de direitos ou de criação de privilégios e desigualdades se instalem. Chama a atenção de como estas categorias sociais, longe de serem “naturais” ou “biológicas”, são construídas e estão inter-relacionadas e ainda como estas estruturam a vida das pessoas. (MÉNDEZ, 2014, pg. 56)

Assim sendo a interseccionalidade traz a conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais destes chamados eixos de subordinação. Trata especificamente da forma pela qual os sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam posições sociais e como as ações e políticas específicas geram opressões que circulam ao longo de tais eixos constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Abordar de forma interseccional nos possibilita a realização de estudos mais precisos a respeito de possíveis causas e efeitos das desigualdades sociais em suas diversas combinações. Assim como traz Pochay (2011, p.28) podemos pensar a interseccionalidade “[...] como um modo de problematizar o que nos faz humanos ou não”.

A abordagem interseccional nos traz questões sobre como o encontro destes diferentes fatores/categorias/marcadores sociais, inferem direta/indiretamente no contexto de cada sujeito e/ou grupo e como estes agem sobre os mesmos, permitindo assim também buscar refletir de que forma se dá esta articulação (gêneros, raça/etnia, classe social, idade, moradia, corpo), visto que as mesmas não se dão de modo isolado e estanque, nem excluem outras categorias possíveis de produzir desigualdades, revelando assim múltiplas formas de desigualdade social, repressão e poder. Proporcionou-nos discussões e reflexões no sentido de compreender a dinâmica da dominação social, possibilitando entender como valores, ideologias, normas influenciam tanto as estruturas sociais quanto a constituição de identidades e são por elas influenciadas (MATTOS, 2011).

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



A interseccionalidade segundo Rodrigues (2013), é um conceito que permite dar visibilidade as múltiplas formas de 'estar' no mundo sem cair em “um reducionismo de um princípio unificador comum, mas sem, contudo, resvalar para um relativismo que desloca as relações de poder envolvidas nas diversas formas de opressão” (RODRIGUES, 2013, p. 6). Esse conceito viabiliza estudar uma multidimensionalidade atravessada por raça, gênero, classe social e orientação sexual que permitem desconstruir os conceitos impregnados, naturalizados e reproduzidos na sociedade como aqueles tidos como “normais”.

Ao longo da história as diferenças anatômicas dos órgãos sexuais femininos e masculinos foram determinantes na naturalização de papéis instaurados a mulheres e homens. A partir dos meados do século passado iniciou-se uma desconstrução das algemas da natureza do destino biológico com a formulação dos estudos de gênero. De acordo com Butler (2003), gênero pode ser compreendido como “um modo contemporâneo de organizar normas passadas e futuras, um modo de nos situarmos e através dessas normas, um estilo ativo de viver nosso corpo no mundo” (BUTLER, 2003, p. 147). Os estudos de gênero desconstroem a ideia essencialista de que as diferenças entre mulheres e homens em sua forma de estar no mundo são naturais e constroem que os papéis de feminilidade e masculinidade são construídos e impostos socialmente e historicamente através das mais diversas linhas que atravessam os corpos. Essa perspectiva compreende que a passividade feminina é construída, mas acaba atrelada apenas a leituras sexistas, desconsiderando outras formas de estar no mundo que se constroem através das várias linhas que atravessam cada gênero.

Ao tomarmos os fatores econômico/classe social, como um marcador social que atravessa e subjetivam os corpos, temos aí um amplo campo de problematizações, o qual possibilita compreender os processos de exclusões advindos do marcador classe social. Nesse sentido os estudos de Guattari e Rolnik (1996) elucidam como este fator produz segregação e despotencialização de alguns grupos de pessoas, ao mesmo tempo em que desnaturaliza a produção da subjetividade no sistema capitalista.

Em suas discussões os autores apresentam as semióticas e os agenciamentos que produzem os processos de subjetivação de forma serializada e

Realização:



Apoio:



massificada. De acordo com os mesmos, a produção de subjetividade se dá a partir das relações estabelecidas entre os indivíduos e a sociedade, “a subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares” (GUATTARI e ROLNIK, p. 33, 1996), sua produção é serializada e ocorre por meio de agenciamentos em grandes escalas capitalísticas que confeccionam processos de subjetivação correspondentes aos valores pregados por esse sistema.

Para os autores a produção de subjetividade está interpenetrada com a grande máquina capitalística, sofrendo influências de três tipos culturais historicamente confeccionados, quais seja, a cultura de valor, cultura alma coletiva e a cultura de massas ou cultura mercadoria.

Entende-se por “cultura de valor” os agenciamentos que produzem a sistematização dos valores socialmente aceitos, hegemonicamente os burgueses, por estarem desde sempre no poder e por meio dos saberes introduzidos ao longo da história. Os burgueses postularam toda uma conduta de valores que são introduzidos, legitimados e padronizados socialmente, tornam-se normas, viram condutas veneradas e admiradas. Nesse sentido os sujeitos que possuem ‘certa’ cultura burguesa possuem também certo valor social, já os que não possuem são submissos e entendidos como inferiores ‘culturalmente’ por não possuírem os valores impostos pela cultura dominante burguesa, a vista disso cria-se níveis culturais de legitimidade e ilegitimidade, posteriormente as segregações sociais. (GUATTARI e RONILK, 1996).

A “cultura alma coletiva” compreende que todos os sujeitos, povos, grupos sociais pertencem a um tipo cultura, este entendimento se dá a partir da revolução das ciências antropológicas que almejam livrar-se do etnocentrismo da cultura dominante, (branca e burguesa) através dos estudos do estruturalismo e culturalismo, estabelecendo um policentrismo cultural que segundo os autores novamente se fechou em etnocentrismos. (GUATTARI e ROLNIK, 1996).

Por último apresentam a “cultura de massa” ou “cultura-mercadoria”, na qual ocorre uma produção constante, massificada e serializada da cultura e dos valores capitalísticos. Produtora de mercadorias e desejos massificados e serializados a cultura de massas interfere diretamente nos processos de subjetivação de todas as

Realização:



Apoio:



peças, os valores ainda continuam sendo os dominantes, aos quais os consumos e desejos são direcionados de forma naturalizadas (GUATTARI e ROLNIK, 1996).

Segundo os autores essas três formas culturais estão entrelaçadas e interpenetradas, produzindo conexões constantes que se manifestam em conjunto articulados, seus efeitos atingem toda a massa e produz “indivíduos normalizados, articulados uns aos outros segundo sistemas hierárquicos, sistemas de valores, sistema de submissão” (GUATTARI e ROLNIK, p. 16, 1996).

As contribuições de Guattari e Rolnik (1996) permite-nos compreender o marcador classe social por uma perspectiva histórica, política e cultural, inserida no sistema vigente capitalista, no qual as relações de poder/saber corroboraram para a padronização e a naturalização de uma hegemonia burguesa e dos valores capitalísticos, inviabilizando e produzindo segregações aos que não se assemelham a esses valores. Portanto compreende-se o quanto o fator econômico/classe social é ponto de intersecção e sua materialização produz hierarquias em níveis sociais.

Essas discussões, reflexões sobre a noção de interseccionalidade já vem sendo feitas, dentro dos estudos e teorias feministas, onde no final dos anos 80 e durante toda década de 90, surgem novas formulações sobre o conceito de gênero, sendo este repensado por diversas autoras como Joan Scott, Donna Haraway, entre outros.

Na atualidade os estudos interseccionais têm corroborado para o aprimoramento dessas discussões em alguns campos da Psicologia, as quais permitem problematizar as relações de poder que produzem os marcadores sociais, que subjetiva, confecciona e distribui os corpos. Em um breve estudo sobre as interseccionalidades no cenário brasileiro Rodrigues (2013) ressalta que os pontos de intersecções mais presentes são os de gênero, classe social, raça/etnia e geração, os quais envolvem atravessamentos históricos, políticos, culturais e relações de poder que dão legitimidade e visibilidade a alguns modos de ser e estar no mundo e ao mesmo tempo corrobora para ilegitimidade e invisibilidade de outros modos de existir.

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação





## Considerações Finais

A partir das problematizações e proposições apresentadas neste trabalho, podemos considerar que as perspectivas teóricas interseccionais são de grande relevância para as discussões realizadas ao longo da formação em Psicologia. Isso se configura pelos recentes diálogos que a ciência psicológica vem se propondo fazer com outras áreas de saber, como Sociologia, Filosofia, Antropologia, etc. Essa bricolagem de conhecimentos propicia não somente abertura para troca de saberes, mas também empoderamento e maior articulação dos futuros profissionais psi, bem como, dos que já se encontram desenvolvendo suas atividades nos diversos campos de trabalhos.

A abordagem interseccional nos ajuda a compreender a complexidade da situação de pessoas e/ou grupos, considerando a coexistência e a subordinação de diferentes fatores que incidem simultaneamente na vida das pessoas. Apresenta um significado complexo, irreduzível, um conjunto de efeitos variados e variáveis que surgem quando as múltiplas categorias de diferenciação se interseccionam em contextos históricos e específicos, enfatizando que as diferentes dimensões da vida social não podem ser separadas.

Os estudos interseccionais corroboram para problematizações dos processos de subjetivação e dos marcadores sociais que subjetivam os corpos e, numa perspectiva transdisciplinar compreende que esses são constituídos de multiplicidades e pluralidades, nos quais são atravessados por marcadores sociais que interseccionam a vida, produzindo sua hierarquização e segregação por intermédio dos valores culturais e sociais.

Levar em consideração os marcadores sociais/interseccionais (raça/etnia, sexo, sexualidades, religiões, idade, classe social, entre outros) na formação em Psicologia, faz problematizar os agenciamentos e suas potências na produção de subjetividades. Assim, ao perceber que as subjetividades são produzidas no campo coletivo e não individual, estas são constantemente atravessadas por dispositivos de poder que delimitam por vezes a ampliação da vida e da percepção das realidades.

Compreender as dinâmicas das relações de poder que (re)produzem desigualdades múltiplas, constroem visões parciais e dicotômicas no tratamento das diferenças ainda se constitui um desafio para a Psicologia enquanto ciência e

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação





profissão. É imprescindível perceber as interconexões das lógicas produtoras das diferentes formas de opressão, bem como de privilégios.

Concluimos então que trazer o diálogo e a perspectiva interseccional para a Formação em Psicologia se torna em primeiro lugar uma ampliação da própria ciência psicológica, rompendo com essencialismos e naturalizações de modos de existência. Em segundo lugar, cria espaços de diálogos mais humanizados e críticos a respeito das demandas sociais, sexuais e raciais que se configuram na realidade transcontemporânea. Portanto, pesquisar, discutir e problematizar os marcadores sociais/interseccionais neste projeto de pesquisa possibilitou seguir outros rastros de vivências possíveis de vida e de encontros intensos com as diferenças.

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIMENSTEIN, M. O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 6, n. 2, p. 57-63, Dec. 2001.

GUATTARI, F. ROLNIK, S. **Micropolítica**: Cartografias do desejo. Petrópolis, Vozes, 1996.

MATTOS, P. O conceito de Interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil. Trabalho apresentado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, Curitiba/PR, 2011.

MÉNDEZ, P. R. (Lucas). Metáforas y articulaciones para una pedagogía crítica sobre la interseccionalidad. *Quaderns de Psicologia*. v. 16, n.1, p.55-72. 2014. Disponível em: <http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/1219>.

POCAHY, A. F. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista. *Textura*, Canoas, n.23, p.18-30, jan./jun. 2011.

RODRIGUES, C. Atualidade Do Conceito De Interseccionalidade Para A Pesquisa E Prática Feminista No Brasil. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**(Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em [http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117\\_ARQUIVO\\_CristianoRodrigues.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117_ARQUIVO_CristianoRodrigues.pdf)>. Acesso em 05 de maio de 2015.

**TITLE:** The Concept of Intersectionality: contributions to higher education

**ABSTRACT:** The research project presented here aimed to investigate the concept of intersectionality and its contributions to training in higher education. The concept leads us to understand how the articulations of the different social categories interrelate and structure the life of the subjects, producing inequalities and injustices, reveals the complexity of the situation of people and groups, affirming the coexistence of different factors such as vulnerabilities, violence, Discrimination; Also called as axes of subordination, allowed the possibility of researching and making feasible the existence or not of the disadvantages produced by the unequal society on the subjects. As Pocahy (2011, p. 28) brings us to think of intersectionality "[...] as a way of problematizing what makes us human or not." The intersectional approach shows the coexistence and subordination of different factors, as they intersect in historical and specific contexts in the different dimensions of social life, which are not separate. This graduation project made it possible to unveil the articulation of the multiple differences and inequalities that permeate, reach and transit all contexts,

Realização:



Apoio:





without exceptions, where human relations are produced and reproduced, seeking to perceive the production of subjects.

**KEY WORDS:** Intersectionality; Psychology; Social categories.

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação

